

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre às demonstrações financeiras	1
Relatório da administração	5
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações de resultados	15
Demonstrações de resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	18
Demonstrações do valor adicionado	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Sinop S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto a redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos classificados pela Companhia na rubrica do imobilizado e ativo intangível somavam o montante de R\$ 2.205.071 mil, conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras. Tais ativos são referentes à usina hidrelétrica Sinop, e considerados como uma única unidade geradora de caixa, conforme definição estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1)/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi o valor em uso, que requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas subjetivas, tais como: (i) estimativa de fluxos de caixa futuros que a Companhia espera obter com a utilização de seus ativos; (ii) estimativa dos custos necessários para geração de energia; e (iii) definição da taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; e (ii) há julgamento envolvido por parte da Administração quanto a (a) estimativa de fluxos de caixa futuros, que leva em consideração diversas premissas, dentre as quais, a projeção de receitas futuras (que pode ser impactada por riscos hidrológicos), bem como custos associados a geração de energia; e (b) taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a revisão da análise do valor recuperável desta unidade geradora de caixa; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade do modelo de avaliação, no teste da acurácia matemática do fluxo de caixa, e na metodologia e na taxa de desconto utilizada; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas, dos custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável desta Unidade Geradora de Caixa (“UGC”).

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e ativo intangível, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia Energética Sinop S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 10 de fevereiro de 2022 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

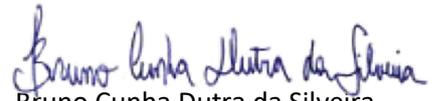
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 13 de fevereiro de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF



Bruno Cunha Dutra da Silveira
Contador
CRC nº 1 MG 112354/O-4 "T" DF

Relatório da Administração

Exercício de 2022

Divulgado em 13 de fevereiro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Índice

Introdução	5
Destaques do exercício	5
Sobre a Sinop Energia	6
Estrutura societária	7
Composição da administração	7
Informações operacionais	8
Destinação da energia gerada	8
Valores mobiliários da Companhia	8
Ações socioambientais	8
Indicadores econômico-financeiros	9
Custos com geração de energia elétrica	10
Despesas gerais e administrativas	12
Declaração sobre os serviços prestados pelos auditores independentes	12
Declaração da diretoria	13
Agradecimentos	13

Introdução

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, anuncia hoje seu resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Além desse relatório, que atende os requerimentos estabelecidas pelo artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09 para o Relatório da Administração, a Companhia também disponibiliza as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Os documentos supracitados estão à disposição para acesso público no *website* da área de Relações com Investidores da Sinop Energia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Essas demonstrações financeiras consideram também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração os exercícios de 2022 e 2021, exceto quando informado diferentemente. Adicionalmente, as informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para maiores informações sobre o desempenho financeiro da Sinop Energia, além daquelas apresentadas a seguir, recomenda-se a leitura em conjunto com as notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Destaques do Exercício:

- **Cumprimento dos Contratos de Fornecimento de Energia:** Todos os contratos de fornecimento de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), foram integralmente atendidos. O volume total comercializado no exercício somou 1.940.515 MWh, sendo 1.890.408 MWh no ACR e 50.107 MWh no ACL, (1.940.515 MWh, sendo 1.890.408 MWh no ACR e 50.107 MWh no ACL, em 2021).
- **Resultado Operacional:** A Companhia apresentou EBITDA no montante de R\$ 120.720 (R\$ 121.483, em 2021). A Companhia ajustou o EBITDA em R\$ 9.015, devido aos valores de itens não recorrentes, contabilizados no segundo trimestre referentes aos acordos socioambientais e apresentou o EBITDA ajustado no valor de R\$ 129.735.
- A Companhia adicionou em seus ativos imobilizados o montante de R\$ 34.569 (R\$ 50.154, em 2021).
- **Operação Comercial:** a Usina atingiu elevados índices de disponibilidade e, com as excelentes afluências proporcionadas pelo período úmido na região, conquistou novo recorde de geração, sendo este no mês de março, no montante de 270.247,66 MWh - 363,24 MWm.
- **Assembleia Geral Ordinária:** realizada em 29 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) a qual deliberou sobre a seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre a aprovação das contas dos Administradores, exame e discussão e votação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório de Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado líquido relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) Deliberar sobre o Plano Anual de Remuneração dos Administradores (Conselheiros e Diretores) e dos Membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (iv) Deliberar sobre a Eleição dos Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal da Companhia.
- **Termo de Ajustamento de Conduta:** A Companhia celebrou, em junho de 2022, um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público no âmbito do inquérito civil n. 183-053/2020 em trâmite na Comarca de Cláudia, Estado do Mato Grosso, no qual foi pactuada indenização pelos eventos de morte de peixes ocorridos em março e agosto de 2020 no montante de R\$ 8.000. Os pagamentos estão previstos para ocorrerem nos próximos doze meses.

- **Acordo de Não Persecução Penal:** A Companhia celebrou, em junho de 2022, um Acordo de Não Persecução Penal entre a Companhia com o Ministério Público, em razão de 5 eventos de mortandade de peixes ocorridos entre fevereiro de 2019 e agosto de 2020, no qual foi prevista uma prestação pecuniária de R\$ 1.000. O pagamento deste evento ocorreu no mês de julho de 2022.
- **Rating de Crédito:** A Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo “AA(bra)”, com perspectiva estável, da Companhia e de sua segunda emissão de debêntures.
- **Manutenção Programada de 16.000 horas da Unidade Geradora 01:** Realizada, no período de 19 a 28 de setembro de 2022, em conformidade com o manual de operação e manutenção do fabricante. A manutenção, inicialmente prevista para ser realizada em 11 dias, foi realizada em 10 dias, com antecipação de aproximadamente 28 horas, diminuindo a indisponibilidade da unidade e melhorando assim o Fator de Disponibilidade da Usina.
- **Assembleia Geral Extraordinária:** realizada, em 15 de julho de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição de novo membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Reive Barros dos Santos, como representante da acionista Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF.
- **Assembleia Geral Extraordinária:** realizada, em 27 de setembro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar ratificação integral dos aumentos de capital social, alteração ao caput do art. 5º e alteração ao art. 2º do Estatuto Social da Companhia.
- **Assembleia Geral Extraordinária:** realizada, em 20 de outubro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição de novo membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, Sra. Veronica Vara Eiriz, como representante da acionista EDF-NF.
- **Atingimento do ICSD:** em 2022, a companhia atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de 1,20, o principal índice dos contratos de financiamento.
- **1000 dias sem acidentes de trabalho:** Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia alcançou a marca de 1000 (mil) dias sem acidentes de trabalho. Desde 2020, a Companhia mantém o Comitê de Saúde, Segurança e Meio Ambiente+. As ações planejadas e colocadas em prática pelo grupo, aliadas ao compromisso de cada colaborador, fizeram que tal feito fosse conquistado.

Sobre a Sinop Energia

Em 29 de agosto de 2013, a Companhia venceu o Leilão nº 006/2013 da ANEEL e, subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, celebrou o Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objeto é a definição das condições para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 28 de janeiro de 2050.

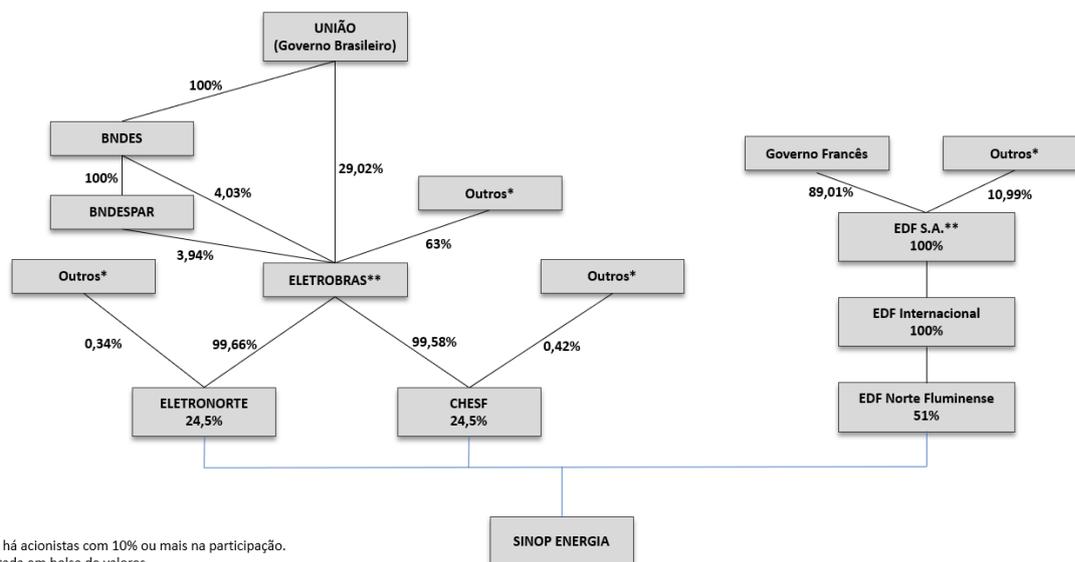
A Sinop Energia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, tem como objeto social exclusivo, a construção, manutenção e operação da Usina Hidrelétrica Sinop, incluindo a comercialização da energia gerada pela Usina. O Empreendimento é localizado no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda do rio), estado de Mato Grosso. O projeto da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade da Usina de maneira que seus possíveis impactos sejam minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental.

O empreendimento conta com a longa e consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia: (a) Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (“EDFNF”) - membro do Grupo Electricité de France - EDF, com 51% de participação no capital social; (b) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“ELETRONORTE”), com 24,5%; e (c) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (“CHESF”), também com 24,5%, sendo que a ELETRONORTE e CHESF são empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A (“Eletrobras”).

No Brasil, os acionistas operam empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como termelétricas e, ainda, fontes de geração renováveis, tais como usinas hidrelétricas, usinas eólicas e energia solar, dentre outras.

Estrutura Societária

(em 31 de dezembro de 2022)



* Não há acionistas com 10% ou mais na participação.

** Listada em bolsa de valores.

Composição da Administração

Conselho de Administração

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Antônio Augusto Bechara Pardauil <i>Presidente do Conselho de Administração</i>	Gilberto Tannús Elias <i>Membro Suplente</i>
Reive Barros dos Santos <i>Membro Efetivo</i>	Edinaldo Pereira de Lima <i>Membro Suplente</i>
Emmanuel Charles Delfosse <i>Membro Efetivo</i>	Veronica Vara Eiriz <i>Membro Suplente</i>
Thierry Marc Rene Caillaud <i>Membro Efetivo</i>	Mariano Javier Gaio <i>Membro Suplente</i>

Conselho Fiscal

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Sérgio Carvalho Aguiar <i>Presidente do Conselho Fiscal</i>	Fernando de Andrade Paladino <i>Membro Suplente</i>
Gustavo Loureiro Chagas <i>Membro Efetivo</i>	Anderson Gomes Resende <i>Membro Suplente</i>
Jenner Guimarães do Rêgo <i>Membro Efetivo</i>	Danielle Jar Almeida de Brito <i>Membro Suplente</i>

Diretoria Estatutária

Membro da Diretoria Estatutária	Cargo
Ricardo Murilo Padilha de Araújo	Diretor Presidente / Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários
Vera Lúcia Rett Carreira	Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

Contador

Alessandro Camilo da Silva	CRCMT 005078
----------------------------	--------------

Informações Operacionais

A Usina Hidrelétrica Sinop tem potência instalada de 401,88 MW, com reservatório formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água Máximo Normal e Área de Preservação Permanente de 114,52 km², abrangendo parcialmente as áreas de cinco municípios: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, todos situados no estado de Mato Grosso. A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atende ao consumo de 1,6 milhão de pessoas, equivalente a 50% da população do estado de Mato Grosso.

A garantia física de energia da UHE Sinop foi fixada em 242,8 MW médios pelos termos da Portaria nº 2 emitida pela MME em 08 janeiro de 2018. A energia gerada pela UHE Sinop é comercializada de acordo com o quadro abaixo, sendo que 91,2% da Garantia Física está contratada.

Destinação da energia gerada

Categoria/Mercado	Período Contratual de Suprimento	Sinal	Volume de Energia (MW médios)
Garantia Física	Não aplicável	+	242,8
Ambiente de Contratação Regulada (A-5; 2013) <i>Contraparte: 34 Clientes Terceiros</i>	01/12/18 - 30/11/48	-	215,8
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: CHESF (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: ELETRONORTE (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Energia Descontratada	Não aplicável	=	21,28

Valores Mobiliários da Companhia

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136, que compreendem 2.234.136.000 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, cento e trinta e seis mil) ações ordinárias nominativas ("Ações ON") sem valor nominal. Para maiores detalhes, consultar Nota Explicativa nº 20.

Ações Socioambientais

Os programas ambientais estabelecidos no processo de licenciamento ambiental para a Etapa de Operação do empreendimento permanecem sendo realizados em conformidade com o cronograma definido junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT), inclusive as ações vinculadas ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, com a recuperação de parte das áreas utilizadas como canteiro de obras do empreendimento e restauração das Áreas de Preservação Permanente – APP no entorno do reservatório, já cumpridos 565 hectares entre 2021 e 2022.

No mês de agosto de 2022 houve a visita dos técnicos da SEMA/MT no empreendimento para vistoria de constatação de andamento dos programas ambientais. A Companhia está no aguardo do parecer técnico.

Indicadores e índices econômicos-financeiros

	Unidade			Absoluta	Em %
		2022	2021		
Energia Comercializada (ACR)	MWh	1.890.408	1.890.408	-	-
Energia Comercializada (ACL)	MWh	50.107	50.107	-	-
Receita líquida com venda de energia elétrica	R\$, mil	309.785	279.204	30.581	11,0%
Margem bruta	%	22,7%	11,6%	11,1p.p.	95,7%
Prejuízo líquido do exercício	R\$, mil	(77.624)	(142.665)	65.041	45,6%
Margem líquida	%	(25,1%)	(51,1%)	26,0p.p.)	50,9%
		2022	2021		
Investimentos (capex)	R\$, mil	34.569	50.154	(15.585)	(31,1%)
<u>Endividamento</u>	<u>R\$, mil</u>	<u>1.459.222</u>	<u>1.405.962</u>	<u>53.260</u>	<u>3,8%</u>
BNDDES	R\$, mil	1.160.042	1.117.858	42.184	3,8%
Debêntures	R\$, mil	299.180	288.104	11.076	3,8%
Dívida líquida ¹	R\$, mil	1.307.460	1.284.171	23.289	1,8%
Índice de capital próprio (ICP) ²	%	45,6%	48,2%	(2,6p.p.)	(5,4%)
Índice de liquidez corrente (ILC) ³	Índice	1,6	2,1	(0,5)	(23,8%)
Número de empregados próprios ⁴	Quantidade	35	42	(7)	(16,7%)
(Prejuízo) líquido por ação	R\$	(0,03474)	(0,06386)	0,02912	(45,6%)
Quantidade de ações ⁵	Mil	2.234.136	2.234.136	-	-

1. A dívida líquida é equivalente ao Endividamento menos o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras com resgate imediato.
2. Índice de Capital Próprio (ICP): Patrimônio líquido / Ativo total.
3. Índice de Liquidez Corrente (ILC): Ativo circulante/Passivo circulante.
4. Posição no final do exercício.
5. Média ponderada de ações ordinárias.

EBITDA¹

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou o EBITDA de R\$ 120.720 (R\$ 121.483, em 2021).

O quadro abaixo, apresenta a conciliação entre o prejuízo no exercício e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

	2022	2021
Prejuízo líquido no exercício	(77.624)	(142.665)
Imposto de renda e contribuição social diferido – Nota explicativa 11.	(38.815)	(64.469)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas – Nota explicativa 26	136.737	130.659
Depreciação e amortização – Nota explicativa 24a e 25c	63.274	101.482
Provisão para redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i> – Nota explicativa 12.	37.148	96.476
EBITDA	120.720	121.483
Receita operacional líquida	309.785	279.338
Margem EBITDA	39,0%	43,5%

¹ O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

	2022	2021
EBITDA	120.720	121.483
(+/-) Itens não recorrentes (*)	9.015	-
EBITDA ajustado	129.735	121.483
Margem EBITDA ajustado	41,9%	43,5%

(*) Termo de Ajustamento de Conduta e Acordo de Não Persecução Penal divulgados no tópico “Destaques do exercício”.

Endividamento Líquido e Indicadores de Alavancagem e Liquidez

Evolução dos principais indicadores de alavancagem e liquidez no exercício.

	2022	2021
Financiamento BNDES	1.160.042	1.117.858
Circulante	36.967	17.620
Não Circulante	1.123.075	1.100.238
Debêntures	299.180	288.104
Circulante	35.744	28.706
Não Circulante	263.436	259.398
Endividamento bruto	1.459.222	1.405.962
(-) Caixa e equivalentes de caixa ¹	151.762	121.791
Endividamento líquido ²	1.307.460	1.284.171
Grau de alavancagem	49,0%	47,2%
Patrimônio líquido	1.359.431	1.437.055
Ativo total	2.982.804	2.978.402
Índice de capital próprio³	0,46	0,48
Ativo circulante	214.085	192.906
Passivo circulante	137.851	93.089
Índice de liquidez corrente⁴	1,6	2,1

- 1) As aplicações financeiras são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.
- 2) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)
- 3) Patrimônio líquido / Ativo total
- 4) Ativo circulante / Passivo circulante

Custos com geração de energia elétrica

Os custos com geração de energia elétrica apresentaram uma redução de 3,0% no exercício de 2022 comparados com o exercício anterior.

A rubrica “Energia elétrica comprada para revenda” apresentou um aumento de 10,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparado com o exercício anterior, referente a aquisição (*) de 235.719 Mwh ao preço unitário médio de R\$ 230,16 (277.609 Mwh ao preço unitário médio de R\$ 177,23, em 2021).

(*) A Companhia está comprando energia elétrica pelos motivos de: (i) Degradação do Fator de Disponibilidade (FID), devido as paradas de máquinas ocorridas em 2020; e (ii) Redução do valor do GSF, devido as variações/restrições hidrológicas no país.

Desconsiderando-se as rubricas “Energia elétrica comprada para revenda”, “Encargos de uso do sistema de transmissão” e “Seguros do risco hidrológico” acumuladas no exercício de 2022, a redução seria de 24,1%, com o maior impacto percentual no grupo de contas de “Depreciações e amortizações”, devido ao ajuste de R\$ 25.662, relativo aos períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo, em base sistemática ao longo de sua vida útil remanescente. – CPC 01.63.

	2022	2021	Var %
Depreciações e amortizações	(63.130)	(92.034)	(31,4%)
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(54.253)	(49.202)	10,3%
Encargos de uso do sistema de transmissão – EUST	(49.638)	(44.191)	12,3%
Serviços de terceiros (a)	(33.561)	(26.182)	28,2%
Seguro de risco hidrológico	(26.844)	(24.386)	10,1%
Pessoal, encargos e benefícios (b)	(4.578)	(6.398)	(28,4%)
Outros	(4.429)	(2.687)	64,8%
Materiais	(2.985)	(1.789)	66,9%
Passagens e hospedagens	(29)	(1)	2.800,0%
Total	(239.447)	(246.870)	(3,0%)

(*) Considera o aporte financeiro junto a CCEE e os tributos sobre a compra de energia elétrica (PIS e Cofins).

Serviços de terceiros (a)

Os custos com os serviços de terceiros apresentaram uma redução de 6,5% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparados com o exercício anterior, representados significativamente pela rubrica “Programas ambientais - Opex”, e está associado ao TAC mencionado no tópico “Destaques do Exercício” do Relatório da Administração de 2022.

	2022	2021	Var %
Programas socioambientais (*)	(20.670)	(5.725)	261,0%
Assessoria e consultoria de O&M	(10.815)	(18.076)	(40,2%)
Monitoramento e vigilância	(1.030)	(1.045)	(1,4%)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(671)	(1.078)	(37,8%)
Outros	(252)	(126)	100,0%
Transportes	(123)	(132)	(6,8%)
Total	(33.561)	(26.182)	28,2%

(*) TAC celebrado em junho de 2022 com o Ministério Público, em trâmite na Comarca de Cláudia, no qual foi pactuada indenização pelos eventos de morte de peixes ocorridos em março e agosto de 2020 no montante de R\$ 8 milhões.

Custos com pessoal, encargos e benefícios (b) – área técnica (O&M e socioambiental)

Os custos com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram uma redução de 28,4% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparados com o exercício anterior. O impacto desta redução está associado a metodologia de rateio iniciada no primeiro trimestre de 2022, onde os custos destas rubricas foram distribuídos aos projetos socioambientais.

	2022	2021	Var %
Remuneração de empregados	(2.244)	(3.349)	(33,0%)
Encargos trabalhistas	(1.535)	(2.251)	(31,8%)
Benefícios a empregados	(799)	(798)	0,1%
Total	(4.578)	(6.398)	(28,4%)

Despesas gerais e administrativas – Nota Explicativa nº 25

Os gastos deste grupo de contas apresentaram um aumento de 3,0% acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparados com o exercício anterior, representadas principalmente pela rubrica de “Pessoal, encargos e benefícios”, “Outros” e “Litígios trabalhistas e cíveis”.

	2022	2021	Var %
Pessoal, encargos e benefícios (a)	(6.714)	(6.102)	10,0%
Serviços de terceiros (b)	(4.823)	(5.447)	(11,5%)
Outros	(651)	(512)	27,1%
Arrendamentos e aluguéis	(221)	(358)	(38,3%)
Depreciações e amortizações	(144)	(254)	(43,3%)
Materiais	(130)	(204)	(36,3%)
Passagens e hospedagens	(150)	(129)	16,3%
Litígios trabalhistas e cíveis	(59)	488	(112,1%)
Total	(12.892)	(12.518)	3,0%

Despesas com pessoal, encargos e benefícios (a) – área administrativa e diretoria

As despesas com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram um aumento de 10,0% acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparado com o exercício anterior; o número de funcionários em 2022 foi de 15, comparado com 15 colaboradores na mesma data do ano anterior, entretanto, a majoração na variação da rubrica “Encargos trabalhistas” é composta por indenizações de rescisões trabalhistas e férias retroativas neste exercício. A Companhia manteve a mesma quantidade (15) de colaboradores no final de 2022 e 2021, entretanto, deixaram de existir dois cargos de nível de gerência e contratou dois cargos de nível analista.

	2022	2021	Var %
Remuneração de empregados	(3.169)	(2.887)	9,8%
Encargos trabalhistas	(2.517)	(1.697)	48,3%
Benefícios a empregados	(1.028)	(1.518)	(32,3%)
Total	(6.714)	(6.102)	10,0%

Serviços de terceiros administrativos e gerais (b)

Os gastos deste grupo de contas apresentaram uma redução de 11,5% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparadas com o exercício anterior, representados significativamente pelas rubricas “Consultorias, honorários advocatícios e contábeis”.

	2022	2021	Var %
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(3.932)	(4.400)	(10,6%)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(453)	(419)	8,1%
Monitoramento e vigilância	(143)	(174)	(17,8%)
Outros	(135)	(184)	(26,6%)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(129)	(234)	(44,9%)
Transportes	(31)	(36)	(13,9%)
Total	(4.823)	(5.447)	(11,5%)

Declaração sobre serviços prestados pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), firmado em 7 de dezembro de 2021, para a emissão do relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 e os relatórios de sobre as informações contábeis intermediárias contemplando os balanços patrimoniais em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022. A Deloitte presta serviços apenas dedicados às revisões trimestrais e auditoria anual. Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Sinop Energia.

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório de Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2022 e demonstrações financeiras auditadas referente a 31 de dezembro de 2021. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“ICVM 480”), os Diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, respectivamente, e com a opinião expressa no Relatório dos auditores sobre a demonstrações financeiras da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. referente às mesmas.

Agradecimentos

A Companhia alcançou em 2022 a estabilidade de suas Operações, apresentando recordes de geração de energia, realizando com sucesso a Parada de Máquina 16.000 horas da UG01, com retorno da máquina ao SIN (Sistema Integrado Nacional) com 28 horas de antecedência do prazo planejado, feito que reforçou ainda mais os elevados níveis do ID – Índice de Disponibilidade atingidos durante o ano. Dentro dos êxitos alcançados é importantíssimo ressaltar a marca de 1000 dias sem acidentes de trabalho, atingida em 30/12/2022, consagrando o comprometimento de todos: funcionários, equipe EDF Serviços e terceiros com a Saúde e Segurança do Trabalho.

A Companhia tem o privilégio de contar com a rica experiência no setor energético de seus Acionistas, que por meio da atuação estratégica do Conselho de Administração, e Comitês Técnicos, reforçam nossa busca pela excelência em nossas Operações, reafirmando nossos propósitos de trabalhar com segurança, preservando o meio ambiente, com geração de valor.

Certo de estarmos cumprindo com os compromissos assumidos com a comunidade, poder público, credores e acionistas, agradecemos o apoio e a confiança depositados.

Diretoria da Sinop Energia

Companhia Energética Sinop S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	151.762	121.791	Fornecedores	14	21.768	20.349
Contas a receber	7	41.064	37.869	Tributos e contribuições a recolher		3.815	3.509
Estoques	8	7.250	8.045	Obrigações trabalhistas		995	1.224
Tributos e contribuições a recuperar	9	11.151	24.637	Obrigações setoriais		1.407	1.954
Adiantamentos		657	419	Financiamento BNDES	15	36.967	17.620
Despesas antecipadas		2.201	145	Debêntures	16	35.744	28.706
Total do ativo circulante		214.085	192.906	Uso do bem público	17	2.549	1.465
				Provisões socioambientais	18	34.558	18.208
Não Circulante				Outros passivos circulantes		48	54
Outros ativos		-	1.774	Total do passivo circulante		137.851	93.089
Depósitos judiciais		273	273				
Tributos e contribuições a recuperar	9	17.535	10.826	Não Circulante			
Fundos vinculados	10	111.084	87.341	Financiamento BNDES	15	1.123.075	1.100.238
Ativo fiscal diferido	11	434.756	395.940	Debêntures	16	263.436	259.398
Total do realizável a longo prazo		563.648	496.154	Obrigações setoriais		1.624	3.022
				Uso do bem público	17	34.537	35.554
Imobilizado	12	2.173.257	2.252.262	Provisões socioambientais	18	62.433	49.919
Intangível	13	31.814	37.080	Provisões para contingências	19	135	127
Total do ativo não circulante		2.768.719	2.785.496	Obrigações especiais		282	-
				Total do passivo não circulante		1.485.522	1.448.258
Total do ativo		2.982.804	2.978.402	Total do passivo		1.623.373	1.541.347
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	20	2.234.136	2.234.136
				Prejuízos acumulados	20	(874.705)	(797.081)
				Total do patrimônio líquido		1.359.431	1.437.055
				Total do passivo e do patrimônio líquido		2.982.804	2.978.402

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita de vendas			
Receita líquida com venda de energia elétrica	21	309.785	279.204
Outras receitas		-	134
Custos das vendas			
Energia elétrica comprada para revenda	22	(81.097)	(73.588)
Encargos de uso do sistema de transmissão	23	(49.638)	(44.191)
Outros custos com geração de energia elétrica	24	(108.712)	(129.091)
Lucro bruto		70.338	32.468
Despesas gerais administrativas	25	(12.892)	(12.467)
Provisão para redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	12	(37.148)	(96.476)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		20.298	(76.475)
Receitas financeiras	26	31.068	8.177
Despesas financeiras	26	(167.805)	(138.836)
Resultado financeiro	26	(136.737)	(130.659)
Resultado antes dos impostos		(116.439)	(207.134)
Contribuição social diferida	11	10.268	17.059
Imposto de renda diferido	11	28.547	47.410
(Prejuízo) do exercício		(77.624)	(142.665)
Resultado por ação			
(Prejuízo) básico/diluído por ação - R\$		(0,03474)	(0,06386)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
(Prejuízo) do exercício	(77.624)	(142.665)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(77.624)</u>	<u>(142.665)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021		<u>2.234.136</u>	<u>(654.416)</u>	<u>1.579.720</u>
(Prejuízo) do exercício		<u>-</u>	<u>(142.665)</u>	<u>(142.665)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20	<u>2.234.136</u>	<u>(797.081)</u>	<u>1.437.055</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2022		<u>2.234.136</u>	<u>(797.081)</u>	<u>1.437.055</u>
(Prejuízo) do exercício		<u>-</u>	<u>(77.624)</u>	<u>(77.624)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20	<u>2.234.136</u>	<u>(874.705)</u>	<u>1.359.431</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) do exercício		(77.624)	(142.665)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(38.815)	(64.469)
Encargos da dívida	15	152.075	136.528
Provisão para redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	12	37.148	96.476
Provisões (venda de energia, rendimentos de aplicações financeiras e contingências passivas)		8	(269)
Provisão socioambiental - opex		9.015	-
Receitas financeiras dos fundos vinculados		(8.519)	
Aumento das provisões por atualização monetária		10.862	
Depreciação e amortização	24a e 25c	72.461	101.482
		156.611	127.083
Variações no ativo			
Adiantamentos		(239)	876
Tributos e contribuições a recuperar		6.777	8.733
Contas a receber		(3.195)	(2.871)
Despesas antecipadas		(2.056)	244
Estoques		795	(363)
Depósitos judiciais		-	
Outros ativos		1.774	(1.510)
		3.856	5.109
Variações no passivo			
Fornecedores		65	(14.803)
Tributos e contribuições a recolher		306	114
Obrigações trabalhistas		(229)	(160)
Obrigações setoriais		(2.114)	2.240
Uso do bem público		(2.508)	(2.261)
Obrigações especiais		282	-
Outros passivos		3.855	24
		(343)	(14.846)
Caixa gerado pelas operações		160.124	117.346
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	15	(50.323)	(76.762)
Juros pagos na liquidação da dívida com o Debêntures	15 e 16	(24.091)	(22.361)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		85.710	18.223
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adição de imobilizado		(16.066)	(24.170)
Baixa de imobilizado		6	77
Adição de intangível	13	(54)	(21)
Fundos vinculados		(15.224)	(9.968)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(31.338)	(34.082)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação financiamento - BNDES	15	981	1.278
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	15	(17.804)	(30.718)
Liquidação da dívida com as Debêntures (principal)	15 e 16	(7.578)	(2.711)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(24.401)	(32.151)
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		29.971	(48.010)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	121.791	169.801
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	151.762	121.791
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		29.971	(48.010)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	
	2022	2021
1 – Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	356.759	320.416
Outras receitas	-	185
	<u>356.759</u>	<u>320.601</u>
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(86.400)	(78.603)
Encargos pelo uso do sistema de transmissão - EUST	(54.645)	(48.630)
Encargos setoriais	(12.123)	(9.847)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(46.401)	(36.248)
Perda/Recuperação de valores ativos	(37.148)	(96.476)
Outras (Contingências trabalhistas)	(58)	-
	<u>(236.775)</u>	<u>(269.804)</u>
3 - Valor adicionado bruto	<u>119.984</u>	<u>50.797</u>
4 - Depreciação e amortização	24a e 25c <u>(72.461)</u>	<u>(101.482)</u>
5 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>47.523</u>	<u>(50.685)</u>
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	26 <u>31.068</u>	<u>8.177</u>
	<u>31.068</u>	<u>8.177</u>
7 - Valor adicionado total a distribuir	<u>78.591</u>	<u>(42.508)</u>
8 - Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	8.721	9.513
Benefícios	1.914	2.422
FGTS	658	564
	24c e 25a <u>11.293</u>	<u>12.499</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(23.108)	(51.541)
Estaduais	2	5
Municipais	2	-
	<u>(23.104)</u>	<u>(51.536)</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	26 167.805	138.836
Aluguéis	25 221	358
	<u>168.026</u>	<u>139.194</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	20.a <u>(77.624)</u>	<u>(142.665)</u>
	<u>(77.624)</u>	<u>(142.665)</u>
Valor adicionado total	<u>78.591</u>	<u>(42.508)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia” ou “Sinop Energia”) é uma sociedade anônima, com objeto social exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Sinop, de capital aberto, categoria “B”, constituída em 28 de outubro de 2013.

Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 20), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE” ou “UHE Sinop” ou “Usina” ou “Empreendimento”), sendo-lhe vedado participar do capital de qualquer outra sociedade, conforme Estatuto Social e Acordo de Acionistas da Companhia. A sede da Companhia localiza-se na Cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Jardim Botânico, Av. dos Flamboyants, 684, e a Usina está implantada no rio Teles Pires, estado de Mato Grosso, com potência instalada de 401,88 MW e reservatório com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água (NA) Máximo Normal (302,00 metros) e Área de Preservação Permanente (APP) de 114,52 km², abrangendo parcialmente as áreas de cinco municípios – Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, no estado de Mato Grosso. O eixo da barragem situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia observa as normas específicas para os geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL ou Agência Reguladora) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME ou Poder Concedente) e cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica. De acordo como o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 28 de janeiro de 2050.

Após a conclusão do enchimento do reservatório, a Sinop Energia realizou as tratativas com o órgão ambiental, sendo que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT) emitiu, em 28 de junho de 2019, o Ofício nº 145163/SUIMIS/2019 aprovando a realização dos primeiros testes de forma assistida. Da mesma forma, a ANEEL emitiu os Despachos nº 1829 e 1960 e autorizou o início da operação em teste das Unidades Geradoras UG2 e UG1, respectivamente. Assim, no dia 11 de agosto de 2019 foi realizado o 1º sincronismo da UG2. No dia 20 de agosto de 2019, a SEMA/MT emitiu a Licença de Operação nº 320138/2019, fundamentada no Parecer Técnico nº 128346/CLEIA/SUIMIS/2019, com validade até 18 de agosto 2024.

Após a conclusão dos testes de comissionamento eletromecânico e emissão da Declaração de Atendimento aos Requisitos dos Procedimentos de Rede (DAPR/D) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para a UG2 no dia 12 de setembro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2561 em 16 de setembro de 2019, o qual liberou a unidade geradora UG2 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG2 ocorreu em 17 de setembro de 2019.

Para a UG1, o ONS emitiu a DAPR/P em 14 de outubro de 2019 e, posteriormente, em 17 de outubro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, o qual liberou a unidade geradora UG1 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG1 da UHE Sinop ocorreu em 18 de outubro de 2019.

Aspectos relacionados ao COVID-19

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Os governos, nos cinco continentes, passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus e estimulando financeiramente seus mercados internos, a fim de superar os danos que uma potencial recessão possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Atualmente, devido a maior parte da população estarem vacinadas e com os níveis baixos de contaminações e a redução da propagação do vírus, as medidas restritivas também reduziram, entretanto, a orientação dos especialistas continua sendo o uso de máscaras em locais fechados.

b) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

Com o objetivo de contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade, a Companhia destinará aproximadamente R\$ 3.119 em projetos associados a prevenção e combate do novo Coronavírus (COVID-19), oriundos de recursos do BNDES, Subcrédito “D”, aprovados em 13 de abril de 2020. A Companhia já realizou R\$ 2.947, até 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.947, durante o exercício de 2021) no combate a esta pandemia.

c) Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) desempenho da demanda de energia elétrica no mercado regulado; e
- (ii) nos níveis de inadimplência das Companhias reguladas.

Conforme a análise da Administração, os possíveis impactos do COVID-19 para o exercício de 2022 foram baseados nas melhores estimativas a partir da declaração do estado de calamidade pública pelo Governo Federal e, conforme análises da Administração, para o setor de geração de energia ainda não existem impactos relevantes. Até a data de emissão deste relatório não foram identificados impactos materiais para a Companhia.

d) Medidas adotada pela Companhia

A Companhia além de realizar os acompanhamentos periódicos dos colaboradores, por meio de testes rápidos, implementou as rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais, também adotou o sistema de teletrabalho (*home office*) e horários flexíveis para os colaboradores com funções administrativas. Após a campanha de vacinação de 100% (cem por cento) dos colaboradores próprios e terceirizados, no início do terceiro trimestre de 2021, a Companhia retornou com suas atividades totalmente presenciais.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 02 de fevereiro de 2023.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas notas explicativas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua, periodicamente. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 28 - Gestão de riscos dos instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 12 e 13** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Notas explicativas 18 e 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 28 - Gestão de risco dos instrumentos financeiros.

2.4 Julgamento da administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto às instituições financeiras.

3 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia não identificou mudanças nas políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras, as quais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da venda de energia elétrica. Como o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante (Nota Explicativa nº 7). São mensuradas ao custo amortizado.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido da depreciação e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos foram vinculados ao Empreendimento e capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estavam sendo executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27 (Nota Explicativa nº 12).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo imobilizado formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira.

Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada para reduzir o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e iniciou, para os bens unitizados, partir do mês de outubro de 2019, quando a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, a qual liberou a unidade geradora UG01 para início da operação comercial (Nota Explicativa nº 01).

Terrenos são depreciados, conforme instrução da ANEEL em seu Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	30 anos
Máquinas e equipamentos	27 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Reservatórios e barragens	30 anos
Terrenos	30 anos
Veículos	7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são determinados pelas Resoluções Normativas nºs 367/2009 e 674/2015 da ANEEL. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, e expressa adequadamente, na opinião da Administração, o tempo de vida útil dos bens.

Além das taxas determinadas pela ANEEL, para os itens que ultrapassam o período de concessão, a Companhia utiliza taxas de depreciação que refletem o período de concessão, visto que, de acordo com o termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculadas à UHE passarão a integrar o patrimônio da União, não havendo indenização ao fim da concessão.

d. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao UBP foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Amortização de ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao UBP foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico, fiscalizada pela ANEEL, e a amortização iniciou quando da entrega da energia objeto do CCEAR.

e. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 (doze) meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

f. Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

g. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o resultado tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 18 e 19).

i. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 (doze) meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 14).

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 15 e 16).

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma companhia em conexão com o empréstimo.

k. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas com base nas condições estabelecidas contratualmente entre as partes. A Companhia possui contratos de venda de energia, utilização da rede de transmissão, e operação e manutenção da UHE junto à partes relacionadas. Os valores, prazos e taxas estão definidas em contrato. (Nota Explicativa nº 27).

l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes e títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

m. Receita operacional

Corresponde, majoritariamente, às receitas relacionadas à venda de energia de curto prazo e às vendas de energia no mercado de longo prazo (CCEAR), no âmbito da CCEE.

n. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Multas.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

o. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC'), aplicáveis à Companhia, são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa.	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a Companhia inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a Companhia (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela Companhia ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a Companhia aplica a alteração pela primeira vez.	01/01/2022
IAS 1: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma Companhia irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2023
Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma Companhia, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.	01/01/2023
	Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas.	

Alterações à IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”.	01/01/2023
Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo de uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.	01/01/2023

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente:		
- Banco Bradesco S.A.	1.628	273
- Banco Itaú Unibanco S.A.	66	37
- Banco ABC S.A.	1	1
Aplicações financeiras:		
- Banco Itaú Unibanco S.A. (i)	76.076	-
- Banco do Brasil S.A. (ii)	15.131	121.478
- Banco Bradesco S.A. (iii)	58.858	-
	151.762	121.791

- (i) CDB do Banco Itaú com taxa de remuneração realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de aproximadamente 105% do CDI.
- (ii) CDB do Banco do Brasil com taxa de remuneração realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de aproximadamente 96% do CDI (96% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- (iii) CDB do Banco Bradesco com taxa de remuneração realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de aproximadamente 101% do CDI.

O caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários, que são realizadas com instituições do mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 28.

7 Contas a receber

	31/12/2022		31/12/2021	
	Vincendos	Vencidos mais 30 dias	Total	Total
Contas a receber de clientes (i)	40.114	2	40.116	36.997
Partes relacionadas (ii)	948	-	948	872
	41.062	2	41.064	37.869

- (i) Referem-se, substancialmente:
(a) Vendas a prazo de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 40.114 (R\$ 36.995 em 31 de dezembro de 2021);
- (ii) Venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) a partes relacionadas R\$ 948 (R\$ 872, em 31 de dezembro de 2021). Nota explicativa nº 27.

8 Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado	7.250	8.045
	7.250	8.045

Os materiais em almoxarifado, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

9 Tributos e contribuições a recuperar

Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	8.998	20.277
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	<u>2.153</u>	<u>4.360</u>
	<u>11.151</u>	<u>24.637</u>
Não circulante	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) (ii)	16.145	10.459
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	1.023	-
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	345	345
Imposto de Renda a recuperar	<u>22</u>	<u>22</u>
	<u>17.535</u>	<u>10.826</u>
	<u>28.686</u>	<u>35.463</u>

- (i) A Companhia, nos termos do art. 3º das Leis nº 10.833/03 e 10.637/02, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente, compras de energia elétrica, locações e depreciação acumulada. Adicionalmente, a Companhia possui expectativa de gerar R\$ 34.690 de PIS e COFINS a pagar, de acordo com a projeção de faturamento para os próximos 12 (doze) meses, atrelado a sua capacidade de produção de MWm 221,52 e MWh 1.940.737.
- (ii) Saldo de imposto de renda sobre os valores resgatados das aplicações financeiras referentes aos aportes dos acionistas, recursos obtidos junto ao BNDES, recursos obtidos com a segunda emissão de debêntures e das operações comerciais. A Companhia tem expectativa de realização a partir de pedido de ressarcimento dos valores junto à RFB por meio de PERDCOMP.

10 Fundos vinculados

(i) Referentes aos empréstimos BNDES

Conta reserva	35.675	31.746
Conta reserva adicional	-	1.271
Conta centralizadora	<u>11.381</u>	<u>10.162</u>
	<u>47.056</u>	<u>43.179</u>

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva	26.209	19.547
Reserva adicional	26.325	18.240
Conta de pagamento	<u>6.390</u>	<u>6.375</u>
	<u>58.924</u>	<u>44.162</u>

(iii) Referente ao CUST

Conta Centralizadora	<u>5.104</u>	-
	<u>5.104</u>	<u>-</u>
	<u>111.084</u>	<u>87.341</u>

(i) Referentes aos empréstimos BNDES.

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia.

Conta reserva

A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, “Garantias da Operação, item II – Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios”.

Conta reserva adicional

A conta reserva adicional é composta por 9 (nove) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida até 15 de julho de 2019. O financiamento celebrado com o BNDES é objeto da Nota Explicativa nº 10.

Em 14 de janeiro de 2020, o BNDES deliberou pela substituição da Conta Reserva Adicional por carta de fiança bancária, através do Banco ABC no valor de R\$ 90.900, vigente até 30 de dezembro de 2021, dessa forma, em janeiro de 2020, o valor de R\$ 88.598 vinculado na conta corrente junto ao Banco do Bradesco, foi liberado para movimento em conta corrente.

Em 1 de dezembro de 2021, através do Banco Bradesco, a carta de fiança bancária foi renovada no valor de R\$ 90.900, com vigência até 31 de dezembro de 2023.

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

Conta reserva adicional

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16.

Conta pagamento

Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

(iii) Referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão

Mantida junto ao Banco Bradesco, utilizada para garantia do pagamento dos encargos do CUST.

A Constituição de Garantias prevê a manutenção de duas contas vinculadas, sob titularidade da Companhia, sendo elas a Conta vinculada centralizadora e a Conta vinculada Especial. Em caso de inadimplência, a Concessionária de Transmissão ou o ONS, conforme o caso, informará à Companhia, para que quite o seu débito, com os respectivos acréscimos moratórios. Não havendo, por parte da Companhia, a quitação do débito, conforme a data estabelecida no contrato, a Concessionária de Transmissão comunicará o não pagamento ao ONS. Sendo assim, o Mecanismo de Garantia será acionado, com a ciência da Companhia. Após a instrução emitida pelo ONS, o Gestor (Banco

Bradesco), efetuará o bloqueio da Conta vinculada Centralizadora da Companhia, transferindo para a Conta vinculada Especial os recursos disponíveis, até o valor do débito informado na instrução do ONS, com os acréscimos moratórios previstos em contrato. Dessa forma, a Companhia mantém o saldo mínimo o valor representativo de 110% da média aritmética das últimas 3 (três) faturas.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores:

	Aliquota	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(546.457)	(443.850)
Imposto de renda diferido	25%	136.639	110.962
Contribuição social diferida	9%	49.181	39.947
		185.820	150.909
Provisão de <i>impairment</i>		(757.825)	(720.678)
Imposto de renda diferido	25%	189.456	180.170
Contribuição social diferida	9%	68.204	64.861
		257.660	245.031
Redução de depreciação devido ao registro de <i>impairment</i>		25.662	-
Imposto de renda diferido	25%	(6.414)	-
Contribuição social diferida	9%	(2.310)	-
		(8.724)	-
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(1.278.620)	(1.164.528)
Imposto de renda diferido	25%	319.681	291.132
Contribuição social diferida	9%	115.075	104.808
		434.756	395.940

Com base na expectativa dos lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos, conforme demonstrados a seguir:

Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2020	331.471
Reconhecimento no exercício	64.469
Saldo em 31 de dezembro de 2021	395.940
Reconhecimento no exercício	47.540
(-) Reversão no exercício	(8.724)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	434.756

Demonstrativo de base de cálculo

	31/12/2022	31/12/2021
	IR e CSLL	IR e CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(116.439)	(207.134)
Adições	39.541	119.826
Exclusões	(25.709)	(487)
Provisão para compra de energia elétrica	(47)	(487)
Redução de depreciação devido ao registro de <i>impairment</i>	(25.662)	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(102.607)	(87.795)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social (*)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício	34.886	29.850
Impacto no valor do IR (*)	23	(33)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	34.909	29.817
Provisão de <i>impairment</i>	12.630	34.652
Redução de depreciação devido ao registro de <i>impairment</i>	(8.724)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	38.815	64.469
Contribuição social diferida	10.268	17.059
Imposto de renda diferido	28.547	47.410
	38.815	64.469
Alíquota efetiva	(33,34%)	(31,1%)

(*) Aplicação da alíquota direta de 34% na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, sem desconsiderar o adicional na base de cálculo do imposto de renda no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) anual.

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base de cálculo negativa, em 31 de dezembro de 2022.

Exercícios	Total
2025	5.848
2026	13.817
2027	16.056
2028	18.754
2029	21.335
Entre 2030 e 2044	358.946
Total	434.756

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Desde a entrada em operação, no segundo semestre de 2019, a Companhia não possui histórico de lucros, entretanto, em atendimento a sua política contábil de reconhecimento dos tributos diferidos constituídos sobre o Prejuízo Fiscal e sobre a Base Negativa da Contribuição Social, realizou, em dezembro de 2022, a estimativa de realização destes tributos de acordo com as determinações dos itens 34 a 37 do CPC 32 / IAS 12. Esta estimativa considerou o fluxo do teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*), por se tratar de um fluxo originário do Plano de Negócios aprovado pela Conselho de Administração, não considerando quaisquer receitas ou reduções de custos que estejam vinculados a ações judiciais e/ou outros fatores que dependam de decisões de terceiros, se concentrando de maneira exclusiva nos contratos firmados para a parcela substancial da energia a ser gerada ao longo do contrato de concessão e seus resultados.

12 Imobilizado

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / reconhecimen to de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Geração							
Em curso							
Terrenos	384	-	-	(384)	-	-	-
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	275	-	-	-	-	-	275
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	(iii) 146.628	33.262	-	(28.256)	862	-	152.496
Adiantamentos a fornecedores	(i) 620	16	-	-	-	-	636
	147.907	33.278	-	(28.640)	862	-	153.407
Terrenos a pagar	(ii.a) 820	-	-	-	(50)	-	770
Medições	(ii.b) 2.552	-	-	-	(1.968)	-	584
Subtotal – Geração em curso	151.279	33.278	-	(28.640)	(1.156)	-	154.761
Em serviço							
Veículos	752	-	-	-	-	-	752
Terrenos	392.434	19	-	384	-	-	392.837
Reservatórios	1.863.507	-	-	28.256	-	-	1.891.763
Edificações	490.387	-	-	-	-	-	490.387
Máquinas e equipamentos	266.171	1.040	-	-	-	-	267.211
Móveis e utensílios	928	2	-	-	-	-	930
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(iv) (241)	-	(73)	-	-	-	(314)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(iv) (28.792)	-	(9.334)	-	-	-	(38.126)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(iv) (136.799)	-	(45.896)	-	-	-	(182.695)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(iv) (36.326)	-	(11.759)	-	-	-	(48.085)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(iv) (22.093)	-	(7.169)	-	-	-	(29.262)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(iv) (129)	-	(40)	-	-	-	(169)
Subtotal – Geração em serviço	2.789.799	1.061	(74.271)	28.640	-	-	2.745.229
Total – Geração	2.941.078	34.339	(74.271)	-	(1.156)	-	2.899.990
Sistema de transmissão de conexão							
Em serviço	34.120	-	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(iv) (2.590)	-	(838)	-	-	-	(3.428)
Total – Sistema de transmissão de conexão	31.530	-	(838)	-	-	-	30.692

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / reconhecimen to de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Geração							
Em curso							
Administração							
Em serviço	2.102		230	-	-	(29)	2.303
(-) Depreciação acumulada	(1.770)		-	(155)	-	23	(1.902)
Total – Administração	332		230	(155)	-	(6)	401
Total – Imobilizado	2.972.940		34.569	(75.264)	(1.156)	(6)	2.931.083
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(720.678)		-	-	(37.148)	-	(757.826)
Total – Imobilizado líquido	2.252.262		34.569	(75.264)	(38.304)	(6)	2.173.257

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Reversão / reconhecimento de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Geração						
Em curso						
Terrenos	384	-	-	-	-	384
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	275	-	-	-	-	275
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	(iii) 99.700	46.928	-	-	-	146.628
Adiantamentos a fornecedores	(i) 610	10	-	-	-	620
	100.969	46.938				147.907
Terrenos a pagar	(ii.a) 827	-	-	(7)	-	820
Medições	(ii.b) 4.378	2.797	-	(4.623)	-	2.552
Subtotal – Geração em curso	106.174	49.735		(4.630)		151.279
Em serviço						
Veículos	752	-	-	-	-	752
Terrenos	392.415	19	-	-	-	392.434
Reservatórios	1.863.507	-	-	-	-	1.863.507
Edificações	490.318	69	-	-	-	490.387
Máquinas e equipamentos	266.041	130	-	-	-	266.171
Móveis e utensílios	928	-	-	-	-	928
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(iv) (142)	-	(99)	-	-	(241)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(iv) (16.215)	-	(12.577)	-	-	(28.792)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(iv) (77.049)	-	(59.750)	-	-	(136.799)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(iv) (20.463)	-	(15.863)	-	-	(36.326)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(iv.a) (12.465)	-	(9.628)	-	-	(22.093)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(iv) (74)	-	(55)	-	-	(129)
Subtotal – Geração em serviço	2.887.553	218	(97.972)	-	-	2.789.799
Total – Geração	2.993.727	49.953	(97.972)	(4.630)	-	2.941.078
Sistema de transmissão de conexão						
Em serviço	34.120	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(iv) (1.460)	-	(1.130)	-	-	(2.590)
Total – Sistema de transmissão de conexão	32.660		(1.130)			31.530
Administração						
Em serviço	1.978	201	-	-	(77)	2.102
(-) Depreciação acumulada	(1.578)	-	(268)	-	76	(1.770)
Total – Administração	400	201	(268)	-	(1)	332
Total – Imobilizado	3.026.787	50.154	(99.370)	(4.630)	(1)	2.972.940
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(624.202)	-	-	(96.476)	-	(720.678)
Total – Imobilizado líquido	2.402.585	50.154	(99.370)	(101.106)	(1)	2.252.262

A Companhia é vedada de alienar ou ceder, a qualquer título, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL os bens vinculados a concessão.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (i) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- (ii) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos (ii.a) proprietários dos terrenos, aguardam resolução de pendências documentais condicionadas as escrituras; e aos (ii.b) fornecedores, aguardam decisões judiciais/inventários. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (iii) Referem-se, substancialmente, aos projetos e programas socioambientais em atendimento a Licença de Operação, os quais a Companhia estima que sejam concluídos até dezembro de 2026, conforme detalhado na nota explicativa 18.
- (iv) A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados e os bens em que a vida útil ultrapassam o período de concessão, têm vida útil limitada até o final do prazo da concessão.

(iv). a - A Companhia mantém em seus controles de ativos os bens do investimento em P&D no qual ao valor da despesa depreciação é revertido do resultado e controlado no Passivo Não Circulante "Obrigações Especiais da Concessão" no valor de R\$ 8. O valor da depreciação acumulada permanece inalterado.

a) Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

Durante o exercício, a Companhia revisou o valor recuperável de sua unidade geradora de caixa, a qual é composta pelo ativo imobilizado, representado substancialmente pela usina e seus correspondentes equipamentos de geração e pelo ativo intangível relacionado a utilização do bem público – UBP, tendo em vista os atrasos iniciais nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela ausência de licenças ambientais. Em 2016 a Companhia enfrentou atrasos na emissão da Autorização de Supressão Vegetal, na margem esquerda do rio Teles Pires e em 2019 na emissão da Licença de Operação.

O cálculo do valor em uso baseou-se em fluxos de caixa operacionais projetados até o final da concessão, descontados a valor presente, mantendo-se as condições comerciais da Companhia. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi definida a partir da metodologia WACC - *Weighted Average Capital Cost*, considerando o Custo de Capital Próprio nominal (K_e), calculado por meio do método CAPM – *Capital Asset Pricing Model*. A taxa de desconto foi de 10,12 % em 30 de setembro de 2022 (8,34% no período anterior), data-base para qual a administração aplica o teste de redução ao valor recuperável.

Referências internas como o orçamento aprovado pela Companhia, dados históricos ou passados, atualização do cronograma de obras e montante de investimentos para empreendimentos em curso, embasam a definição de premissas chaves pela Administração. Para tanto, a Companhia possui um orçamento, revisado anualmente, aprovado pelos Administradores, conforme as demandas identificadas pelos gestores, alinhado ao seu Plano de Negócios. No mesmo contexto, referências externas como o nível de consumo de energia elétrica, preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no mercado livre e a disponibilidade de recursos hídricos subsidiam as principais premissas do fluxo de caixa estimado.

Cabe observar que as diversas premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuros podem ser afetadas por eventos incertos, o que pode gerar oscilações nos resultados. Mudanças no modelo político e econômico, por exemplo, podem resultar em alta na projeção do risco-país, elevando a taxa de desconto utilizada para descontar os fluxos de caixa operacionais a valor presente.

O cálculo do valor em uso levou em consideração as seguintes premissas:

- Receitas projetadas de acordo com os contratos vigentes, e expectativa de mercado futuro, sem previsão de renovação da concessão;
- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Despesas projetadas a partir do orçamento aprovado pela Companhia;
- Atualização das taxas de desconto após os impostos, específica para a unidade geradora de caixa, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC);

A revisão resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 37.148, reconhecida no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável foram incluídas no resultado na rubrica “Provisão para Redução Valor Recuperável”. A usina e seus respectivos equipamentos foram reduzidos ao seu valor recuperável com base no valor em uso de R\$ 2.222.841, que corresponde ao valor contábil líquido do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2022, data-base para qual a administração aplica o teste de redução ao valor recuperável de forma consistente.

Provisão para perda por redução ao valor recuperável	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(720.678)	(624.202)
Provisão	(37.148)	(96.476)
Total impairment	<u>(757.826)</u>	<u>(720.678)</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor recuperável da UGC era como segue:

Valor recuperável	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado	2.173.257	2.252.262
Intangível	<u>31.814</u>	<u>37.080</u>
	<u>2.205.071</u>	<u>2.289.342</u>

13 Intangível

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	Saldo em 31/12/2021	Adições (+)	Amortização (-)	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Geração					
Em serviço					
Software – GER	80	54	-		134
(-) Amortização Softwares – GER	(30)	-	(19)		(49)
UBP (i)	43.543	-	-	(8.115)	35.428
(-) Amortização acumulada - UBP (ii)	<u>(6.526)</u>	<u>-</u>	<u>(1.171)</u>	<u>3.989</u>	<u>(3.708)</u>
Total – Geração	37.067	54	(1.190)	(4.126)	31.805
Administração Central					
Em serviço	1.017	-	-		1.017
(-) Amortização acumulada	<u>(1.004)</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>		<u>(1.008)</u>
Total – Administração	13	-	(4)		9
Total	<u>37.080</u>	<u>54</u>	<u>(1.194)</u>	<u>(4.126)</u>	31.814

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 31/12/2020	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 31/12/2021
Geração				
Em serviço				
Software – GER	67	13	-	80
(-) Amortização Softwares - GER	(15)	-	(15)	(30)
UBP (i)	34.139	9.404	-	43.543
(-) Amortização acumulada - UBP (ii)	(4.440)	-	(2.086)	(6.526)
Total - Geração	(29.751)	9.417	(2.101)	37.067
Administração Central				
Em serviço	1.009	8	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(993)	-	(10)	(1.003)
Total - Administração	16	8	(10)	13
Total	29.767	9.424	(2.111)	37.080

- (i) Geração - Em curso - Utilização do Bem Público
Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.

O montante pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação está registrada no passivo circulante (R\$ 2.549 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 1.465 em 31 de dezembro de 2021) e não circulante (R\$ 34.537 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 35.554 em 31 de dezembro de 2021), Nota Explicativa nº 17, em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 9,07% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo circulante e não circulante são contabilizados em despesas financeiras.

- (ii) Administração - Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

14 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Energia comprada para revenda (i)	7.110	6.003
EUST (ii)	4.590	4.178
Materiais e serviços (iii)	3.375	5.656
Partes relacionadas (iv)	2.753	2.394
Seguros a pagar (v)	1.750	6
Outros (vi)	880	983
Fundiário (vii)	770	820
Retenções contratuais (viii)	540	309
	21.768	20.349

- (i) Referem-se a provisão para compra de energia elétrica do exercício.
(ii) Referem-se aos EUST's prestados pelas transmissoras (clientes).
(iii) Referem-se aos materiais/serviços para a operação e manutenção da usina.
(iv) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 27.
(v) Seguros de risco operacional. A apólice está em fase de renovação das condições. A seguradora emitiu um certificado de cobertura garantido a extensão até a finalização do processo. Nota Explicativa 29, Cobertura de seguros.
(vi) Referem-se substancialmente aos gastos com passagens, hospedagens, seguros, locadoras de veículos, assessorias financeiras e jurídicas, etc.
(vii) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.
(viii) Retenção de 5% do valor da medição dos fornecedores de serviços da área ambiental.

15 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato incorridos até a data das demonstrações financeiras.

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2022

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.				
	+ TJLP	38.065	-	(1.098)	36.967
		<u>38.065</u>	<u>-</u>	<u>(1.098)</u>	<u>36.967</u>
Não circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.	1.134.803	-	(15.889)	1.118.914
	Atualização	-	4.161	-	4.161
		<u>1.134.803</u>	<u>4.161</u>	<u>(15.889)</u>	<u>1.123.075</u>
Total do financiamento		<u><u>1.172.868</u></u>	<u><u>4.161</u></u>	<u><u>(16.987)</u></u>	<u><u>1.160.042</u></u>

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2021

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.				
	+ TJLP	18.718	-	(1.098)	17.620
		<u>18.718</u>	<u>-</u>	<u>(1.098)</u>	<u>17.620</u>
Não circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.	1.113.501	-	(16.987)	1.096.514
	Atualização	-	3.724	-	3.724
		<u>1.113.501</u>	<u>3.724</u>	<u>(16.987)</u>	<u>1.100.238</u>
Total do financiamento		<u><u>1.132.219</u></u>	<u><u>3.724</u></u>	<u><u>(18.085)</u></u>	<u><u>1.117.858</u></u>

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 16) em 31 de dezembro de 2022 – (12 meses)

	Passivos		
	Financiamento BNDES	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.117.858	288.104	1.405.962
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Financiamentos captados	981	-	981
Amortização de principal	(17.804)	(7.578)	(25.382)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(16.823)	(7.578)	(24.401)
Outras variações			
Provisão de juros	108.232	41.866	150.098
Pagamento de juros	(50.323)	(24.091)	(74.414)
Custo de transação	1.098	879	1.977
Total de outras variações	59.007	18.654	77.661
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.160.042	299.180	1.459.222

Movimentação do financiamento e debêntures (nota explicativa 16) em 31 de dezembro de 2021 - (12 meses)

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.138.514	262.194	1.400.708
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Financiamentos captados	1.278	-	1.278
Amortização de principal	(30.718)	(2.711)	(33.429)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(29.440)	(2.711)	(32.151)
Outras variações			
Provisão de juros	84.447	50.104	134.551
Pagamento de juros	(76.762)	(22.361)	(99.123)
Custo de transação	1.099	878	1.977
Total de outras variações	8.784	28.621	37.405
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.117.858	288.104	1.405.962

Movimentação do exercício do custo incremental findo em 31 de dezembro de 2022 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Custo incremental	18.085	-	(1.098)	16.987

Movimentação do exercício do custo incremental findo em 31 de dezembro de 2021 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Custo incremental	19.184	-	(1.099)	18.085

Segundo o CPC 48, os custos incrementais são diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de passivo financeiro. Os custos incrementais devem incluir taxas e comissões pagas a agentes, consultores, corretores e revendedores, impostos e encargos de transferências. Os custos de transação não devem incluir prêmios ou descontos de dívida, custos de financiamento ou custos administrativos internos ou de retenção.

A Companhia reconheceu no momento de emissão de financiamentos os custos incrementais relativos aos financiamentos. Após a entrada em operação comercial, os custos são apropriados de forma mensal em contrapartida a despesa.

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

No dia 11 de novembro de 2021, a Companhia recebeu a Carta AE/DEENE1 nº 093/2021 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a qual autorizou a suspensão temporária (*standstill*) de 15 de dezembro de 2021 até 15 de junho de 2022 dos pagamentos das parcelas de principal e dos juros remuneratórios do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 16.2.0270.1, no qual foi disponibilizado ao mercado desde março de 2020 para o enfrentamento dos efeitos adversos financeiros da pandemia do corona vírus e também no enfrentamento da crise hídrica de 2021. A Companhia retomou os pagamentos a partir de 15 de julho de 2022.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª – Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
Total	<u>1.018.000</u>		

A liberação do restante dos subcréditos, que sofrem atualização monetária pelo TJLP, ocorrerá de acordo com as etapas de operacionalização do projeto e da realização dos programas de investimentos sociais. A seguir apresentamos o cronograma previsto para a liberação do saldo a receber com os montantes expressos em valor de face:

<u>Período</u>	<u>Subcrédito D</u>
Entre fev/2023 até dez/2023	1.150

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Vencimentos:	Total
2023	36.967
2024	38.200
2025	41.588
2026	45.276
2027	49.291
2028	53.663
Após 2028	<u>910.815</u>
Total da dívida com encargos	<u>1.175.800</u>
Custo incremental	<u><u>(15.758)</u></u>
	<u>1.160.042</u>

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.
- Penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.
- Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.
- Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e da acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 10, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) – Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela Amortização de principal e pagamento de juros). Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, nas notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, anualmente medido, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

A Companhia mantém o índice de capitalização confortável, o índice exigido pelo BNDES é de 20%, sendo este, o resultado da razão do Patrimônio Líquido/Ativo total, o índice total no final do exercício de 2022 está em 45,58%.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da finança corporativa.

A Companhia iniciou as medições com base no ano de 2019, sendo que os exercícios de 2019 e 2021 o índice ICSD não foi atendido, porém, de acordo com o contrato junto ao BNDES prevê a quebra das cláusulas restritivas quando o índice não for atendido por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados.

A Companhia informa que está adimplente com as cláusulas de ICSD, mantendo seu cálculo e índice de cobertura acima dos 1,2 requeridos pelo contrato.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

A Companhia possui contratos de financiamentos, com Cláusulas Restritivas (*Covenants*) atreladas a condições operacionais e financeiras. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022, pois cumpriu estas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2022.

16 Debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000 (“Segunda Emissão de Debêntures”). A integralização das debêntures foi realizada à vista, dividida em R\$ 208.722 em 03 de julho de 2018 e R\$ 27.278 em 10 de julho de 2018, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding* permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R\$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão – Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos de juros semestrais e principal anual a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado mais os juros

O valor nominal atualizado mais os juros serão amortizados em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2023	36.455
2024	43.238
2025	48.450
A partir de 2026	179.346
Total da dívida com encargos	307.489
Custo incremental	(8.309)
	299.180

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 de junho de 2019 (exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; ELETRONORTE 24,5% e EDFNF 51%. As fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no *site* na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) – Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela amortização de principal e pagamento de juros.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base em Demonstrações Financeiras anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação das Demonstrações Financeiras auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

Além da condição mencionada acima, a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático a apuração do ICSD num patamar inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) por três anos consecutivos ou por três anos intercalados, iniciando em 2019. A apuração do ICSD deve ser realizada após o encerramento de cada exercício fiscal com base nas informações das Demonstrações Financeiras auditadas.

A Companhia iniciou as medições com base no ano de 2019, sendo que os exercícios de 2019 e 2021 o índice ICSD não foi atendido, porém, de acordo com o contrato junto ao BNDES prevê a quebra das cláusulas restritivas quando o índice não for atendido por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

A Companhia possui contratos de debêntures, com Cláusulas Restritivas (*Covenants*) atreladas a condições operacionais e financeiras. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022, pois cumpriu estas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2022.

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2022

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	12.721	-	(711)	12.010
Atualização		-	23.734	-	23.734
		<u>12.721</u>	<u>23.734</u>	<u>(711)</u>	<u>35.744</u>
Não circulante					
Debêntures		205.574	-	(7.598)	197.976
Atualização		-	65.460	-	65.460
		<u>205.574</u>	<u>65.460</u>	<u>(7.598)</u>	<u>263.436</u>
Total das debêntures		<u>218.295</u>	<u>89.194</u>	<u>(8.309)</u>	<u>299.180</u>

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2021

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	7.387	-	(798)	6.589
Atualização		-	22.117	-	22.117
		<u>7.387</u>	<u>22.117</u>	<u>(798)</u>	<u>28.706</u>
Não circulante					
Debêntures		218.461	-	(8.389)	210.072
Atualização		-	49.326	-	49.326
		<u>218.461</u>	<u>49.326</u>	<u>(8.389)</u>	<u>259.398</u>
Total das debêntures		<u>225.848</u>	<u>71.443</u>	<u>(9.187)</u>	<u>288.104</u>

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2022
Circulante						
Debêntures	6.589	(7.578)	37.081	-	88	36.180
Atualização	22.117	(24.091)	1.953	(415)	-	(436)
	<u>28.706</u>	<u>(31.669)</u>	<u>39.034</u>	<u>-415</u>	<u>88</u>	<u>35.744</u>
Não circulante						
Debêntures	192.539	-	(12.887)	-	791	180.443
Atualização	66.859	-	(26.147)	42.281	-	82.993
	<u>259.398</u>	<u>-</u>	<u>(39.034)</u>	<u>42.281</u>	<u>791</u>	<u>263.436</u>
Total das debêntures	<u>288.104</u>	<u>(31.669)</u>	<u>-</u>	<u>41.866</u>	<u>879</u>	<u>299.180</u>

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2021
Circulante						
Debêntures	1.778	(2.711)	7.442	-	80	6.589
Atualização	<u>1.762</u>	<u>(22.361)</u>	<u>42.716</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.117</u>
	3.540	(25.072)	50.158	-	80	28.706
Não circulante						
Debêntures	208.252	-	(15.253)	(1.258)	798	192.539
Atualização	<u>50.402</u>	<u>-</u>	<u>(34.905)</u>	<u>51.362</u>	<u>-</u>	<u>66.859</u>
	258.654	-	(50.158)	50.104	798	259.398
Total das debêntures	<u>262.194</u>	<u>(25.072)</u>	<u>-</u>	<u>50.104</u>	<u>878</u>	<u>288.104</u>

Movimentação do exercício do custo incremental findo em 31 de dezembro de 2022 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Custo incremental	9.188	-	(879)	8.309

Movimentação do exercício do custo incremental findo em 31 de dezembro de 2021 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Custo incremental	10.066	-	(878)	9.188

17 Uso do Bem Público

Circulante

	2022	2021
Uso do Bem Público	<u>2.549</u>	<u>1.465</u>
	<u>2.549</u>	<u>1.465</u>

Não circulante

	2022	2021
Uso do Bem Público	<u>34.537</u>	<u>35.554</u>
	<u>34.537</u>	<u>35.554</u>
	<u>37.086</u>	<u>37.019</u>

Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531 (definido no contrato de concessão). O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.

O montante pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A atualização da obrigação foi registrada em contrapartida ao Uso do Bem Público – Intangível durante o período de construção da Usina. Após a entrada em operação da UHE Sinop, o passivo de UBP é atualizado monetariamente em contrapartida a despesas financeiras e amortizado por meio de pagamentos mensais.

18 Provisões socioambientais

Referem-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (Capex) e gastos com o ANPP e TAC de 06/2022 (Opex).

Circulante

	31/12/2022	31/12/2021
Físico biótico (*)	34.558	18.208
	34.558	18.208

Não circulante

	31/12/2022	31/12/2021
Físico biótico (*)	62.433	58.821
(-) Ajuste a valor presente	-	(8.902)
	62.433	49.919
	96.991	68.127

(*) Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (Canteiro de Obras), Subprograma de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas, Subprograma de Acompanhamento dos Direitos Minerários, Subprograma de Identificação das Alternativas de Exploração de Jazidas de Argila, Programa de Monitoramento de Encostas Marginais, Programa de Coletas de Propágulos e Produção de Mudanças, Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática, Programa de Monitoramento da Ictiofauna + Subprograma de Mitigação de Impactos Sobre as Espécies Migratórias de Interesse Comercial, Subprograma de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água, Subprograma de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas, Programa de Educação Ambiental, Remanejamento da População, PRAD APP do Reservatório (3.000 hectares) e o Projeto Peixes, TAC Vinculado ao Sistema Sincar, TAC Projeto ampliação laboratório SEMA, TAC Bens móveis para o CIMA, Apoio ao município Sinop, SNUC, ACP, TAC compensações ambientais.
TAC de setembro de 2022: Construção da DEMA, Projeto de terraplanagem e topografia, construção da Delegacia de Polícia Judiciária do município de Cláudia, Implantação do Laboratório da POLITEC, Projeto Água do Futuro, Projeto SISPECA, Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual, Projeto Implemento de Equipamento para Segurança Orgânica e Rede Lógica do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental, Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fundo Municipal de Meio Ambiente do Município de Cláudia, e o ANPP – Acordo de Não Persecução Penal.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia revisitou as provisões e concluiu que os valores substanciais são relacionados a: (i) termos de compensações ambientais que não sofrem reajustes de atualizações monetárias; e (ii) valores de provisões baseados em contratações anteriores, contabilizados a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, com base em estudos que levaram em conta os compromissos assumidos por meio de diversos projetos relacionados às atividades socioambientais da UHE Sinop, registrou no passivo circulante R\$ 34.558 (R\$ 18.208, em 31 de dezembro de 2021) e no passivo não circulante R\$ 62.433 (R\$ 49.919, em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia celebrou, em junho de 2022, um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público no âmbito do inquérito civil n. 183-053/2020 em trâmite na Comarca de Cláudia, no qual foi pactuada indenização pelos eventos de morte de peixes ocorridos em março e agosto de 2020 no montante de R\$ 8.000. Os pagamentos estão previstos para ocorrerem nos próximos doze meses.

Também foi celebrado um acordo de não persecução penal entre a Companhia com o Ministério Público, em razão de 5 eventos de mortandade de peixes ocorridos entre fevereiro de 2019 e agosto de 2020, no qual foi prevista uma prestação pecuniária de R\$ 1.000. O pagamento deste evento ocorreu no mês de julho de 2022.

19 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em momentos oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade “provável” Movimentações em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	127	524
Adições	8	137
Pagamentos/baixas	-	(534)
Saldo final	<u>135</u>	<u>127</u>

A Companhia é ré em processos trabalhistas e os processos estão tramitando na Justiça Trabalhista no Estado do Maranhão.

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores, especialmente quando o risco de perda é possível, mas o risco de desembolso é remoto. Em 31 de dezembro de 2022, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 248.801 (R\$ 220.867 em 31 de dezembro de 2021), tais como: processos trabalhistas envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária, e regulatórios, fiscais e ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Cíveis e outras (i)	219.984	16.304	(60.166)	176.122
Tributárias (iii)	-	71.962	-	71.962
Trabalhistas (ii)	883	229	(395)	717
Total	220.867	88.495	(60.561)	248.801

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Cíveis e outras (i)	121.431	100.071	(1.518)	219.984
Trabalhistas (ii)	3.435	265	(2.817)	883
Tributárias (iii)	32.555	-	(32.555)	-
Total	157.421	100.336	(36.890)	220.867

(i) Cíveis

As contingências cíveis, são de autoria de Entidades Públicas e equiparadas, tais como: SEMA, Ministério Público Federal, Prefeituras e sindicatos (R\$ 69.915) e Pessoas Físicas e Jurídicas (R\$ 106.207).

Dos R\$ 60.166 baixados durante o exercício, (i) R\$ 52.075 referem-se aos autos de infrações expedidos pela SEMA em outubro de 2021 convertidos no Termo de Compromisso de Ajustamento de conduta (processo nº 410675/2021) no valor de R\$ 10.695; e (ii) R\$ 7.931 referem-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA – SNUC) contabilizados nas provisões socioambientais.

(ii) Trabalhistas

As contingências trabalhistas de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

(iii) Tributárias

a) Município de Itaúba

O município de Itaúba instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante atualizado no valor de R\$ 12.705, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais.

b) Município de Cláudia

O município de Cláudia instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante de R\$ 44.386, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais.

Para ambos os processos tributários, a Companhia argumenta em sua defesa a ausência do termo de inscrição e da notificação do contribuinte, à luz da Lei de Execuções Fiscais, assim como a ofensa ao princípio da legalidade e publicidade, uma vez que a inscrição é ato do processo administrativo tributário, intrínseco a legalidade e elementar ao contraditório de todo processo.

c) Receita Federal do Brasil

Multa em face da apresentação da ECF com informações inexatas, incorretas ou omitidas nos anos de 2017 e 2018. A Companhia impugnou administrativamente, pleiteando o cancelamento integral do lançamento tributário que formalizou a exigência de multa regulamentar.

Para este processo tributário, a Companhia argumenta em sua defesa: (i) presença de efeito confiscatório na imposição da penalidade, passível de aferição tanto na Lei como na aplicação da mesma por parte da autoridade fiscal; (ii) erro de critério jurídico na aplicação da penalidade; (iii) indevida aplicação da penalidade aos casos em que a conduta do contribuinte já tem outra penalidade específica aplicável; e (iv) incorreta duplicidade de aplicação da penalidade, caracterizada pela sua dupla incidência sobre os mesmos fatos na esfera de tributos distintos.

A Companhia entende que caso venha a ocorrer um desembolso o valor seria de R\$ 14.849.

20 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136, que compreende 2.234.136 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.234.136, até o limite de 2.234.136 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF	547.363	547.363	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	1.139.410	1.139.410	51,0%
	2.234.136	2.234.136	100,0%

a.) **Prejuízo líquido por ação**

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	(77.624)	(142.665)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.234.136	2.234.136
(Prejuízo) por ação (básico) - R\$	(0,03474)	(0,06386)
(Prejuízo) por ação (diluído) - R\$	(0,03474)	(0,06386)

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o (prejuízo) por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes exercícios.

O prejuízo contábil deverá ser, obrigatoriamente, absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem. Desta forma, o saldo da conta "Reserva Legal (PL)" e "Reserva de Capital (PL)" somente poderão ser utilizadas para compensação do prejuízo apurado no exercício na hipótese de não haver saldo suficiente nas contas "Lucros ou Prejuízos Acumulados (PL)" e "Reserva de Lucros (PL)".

21 Receitas líquidas com vendas de energia elétrica

	2022	2021
Receitas com vendas de energia - (i) ACR	339.687	308.647
Receitas com vendas de energia - (ii) ACL	10.572	9.669
Receitas com vendas de energia – CCEE	6.499	2.100
COFINS sobre venda de energia elétrica	(27.103)	(24.350)
PIS sobre venda de energia elétrica	(5.884)	(5.286)
Encargos setoriais	(13.986)	(11.576)
	309.785	279.204
Referem-se à comercialização de energia elétrica de:		
(i) ACR		
MWh	1.890.408	1.890.408
Preço médio – em R\$	179,69	163,27
(ii) ACL		
MWh	50.107	50.107
Preço médio – em R\$	210,99	192,97

22 Energia elétrica comprada para revenda e risco hidrológico

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda (i) (*)	(54.253)	(49.202)
Risco hidrológico	<u>(26.844)</u>	<u>(24.386)</u>
	(81.097)	(73.588)

(i)		
MWh	235.719	277.609
Preço médio – em R\$	230,16	177,23

(*) Referem-se à aquisição de energia elétrica, deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

23 Encargos de uso do sistema de transmissão

	2022	2021
Encargos de uso do sistema de transmissão	(49.638)	(44.191)

Contemplam os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP).

24 Outros custos com geração de energia elétrica

	Nota	2022	2021
Depreciações e amortizações (i)	24a	(63.129)	(92.034)
Serviços de terceiros (ii)	24b	(33.561)	(26.182)
Pessoal, encargos e benefícios	24c	(4.578)	(6.398)
Outros (seguros, taxas regulatórias, etc.)		(4.429)	(2.687)
Materiais		(2.986)	(1.789)
Passagens e hospedagens		<u>(29)</u>	<u>(1)</u>
		(108.712)	(129.091)

24a. Depreciações e amortizações	Nota	2022	2021
- Depreciação/amortização – Geração	12 e 13	(71.464)	(99.103)
- Depreciação – Sistema de conexão	12	<u>(838)</u>	<u>(2.099)</u>
		(72.302)	(101.202)
Créditos de PIS e Cofins		<u>9.173</u>	<u>9.168</u>
		(63.129)	(92.034)

24b. Serviços de terceiros

	2022	2021
Programas ambientais – OPEX (ii)	(20.670)	(5.725)
Assessoria e consultoria de O&M	(10.815)	(18.076)
Monitoramento e vigilância	(1.030)	(1.045)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(671)	(1.078)
Outros	(252)	(126)
Transportes	(123)	(132)
	(33.561)	(26.182)

24c. Pessoal, encargos e benefícios

	2022	2021
Remuneração de empregados	(2.244)	(3.349)
Encargos trabalhistas	(1.535)	(2.251)
Benefícios a empregados	(799)	(798)
	(4.578)	(6.398)

- (i) A Companhia revisou o saldo do imobilizado líquido, e considerou a provisão para redução ao valor recuperável de ativos para depreciação dos itens do ativo imobilizado, consistente com os requerimentos do CPC 01.63.
- (ii) A Companhia reconheceu R\$ 17.087 referentes a acordos e TACs relativos a impactos socioambientais.

25 Despesas gerais e administrativas

	Nota	2022	2021
Pessoal, encargos e benefícios	25a	(6.714)	(6.102)
Serviços de terceiros	25b	(4.823)	(5.447)
Outros		(651)	(512)
Arrendamentos e aluguéis		(221)	(358)
Passagens e hospedagens		(150)	(129)
Depreciações e amortizações	25c	(144)	(254)
Materiais		(130)	(204)
Litígios trabalhistas e cíveis		(59)	488
		(12.892)	(12.518)

25a. Pessoal, encargos e benefícios

	2022	2021
Remuneração de empregados	(3.169)	(2.887)
Encargos trabalhistas	(2.517)	(1.697)
Benefícios a empregados	(1.028)	(1.518)
	(6.714)	(6.102)

25b. Serviços de terceiros

	2022	2021
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(3.932)	(4.400)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(453)	(419)
Monitoramento e vigilância	(143)	(174)
Outros	(135)	(184)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(129)	(234)
Transportes	(31)	(36)
	(4.823)	(5.447)

25c. Depreciações e amortizações

Nota

		2022	2021
- Depreciação – Administração	12	(155)	(268)
- Amortização – Administração	13	(4)	(8)
		(159)	(276)
Créditos de PIS e Cofins		15	22
		(144)	(254)

26 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	27.689	8.164
Atualizações monetárias	3.073	-
Outras receitas	279	-
Juros recebidos	21	6
Descontos obtidos	6	7
Subtotal	31.068	8.177
Despesas financeiras		
Encargos sobre os financiamentos BNDES e Debêntures	(152.075)	(136.528)
Atualizações monetárias	(13.927)	-
Juros pagos	(1.357)	(1.993)
IOF	(288)	(69)
Outras despesas financeiras	(158)	(246)
Subtotal	(167.805)	(138.836)
	(136.737)	(130.659)

27 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía transações com partes relacionadas, entre elas, seus administradores e controladores.

- Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.
-
- Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (UTNF), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE); a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS).
-
- A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. (EDF Projetos) é subsidiária integral do controlador da Companhia Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
-

Controladores

	2022			2021		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ELETRONORTE						
Venda de energia elétrica (i)	474	-	5.286	436	-	4.835
EUST (ii)	-	399	(3.564)	-	366	(3.602)
	474	399	1.722	436	366	1.233
CHESF						
Venda de energia elétrica (i)	474	-	5.286	436	-	4.835
EUST (ii)	-	475	(5.457)	-	467	(5.629)
	474	475	(171)	436	467	(794)
EDF SERVIÇOS (iii)						
Serviços	-	1.879	(7.668)	-	1.724	(13.581)
	-	1.879	(7.668)	-	1.724	(13.581)
TOTAL	948	2.753	(6.118)	872	2.557	(13.142)

- (i) Energia elétrica vendida no ACL, com vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 7(ii).
- (ii) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão, com vencimentos nos dias 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) do mês subsequente e dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 14 (iv).
- (iii) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas, com vencimento trimestral e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota explicativa nº 14 (iv).

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022.

2022 2021

Remuneração da diretoria (i)	(1.011)	(933)
Encargos trabalhistas e sociais dos diretores(ii)	(739)	(592)
Benefícios dos diretores (iii)	(331)	(329)
Remuneração dos Conselheiros (iv)	(274)	(255)
	(2.355)	(2.109)

- (i) Composta por ordenados e salários.
- (ii) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
- (iii) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, seguros entre outros.
- (iv) Composta por ordenados e salários.

28 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber”, “Fundos vinculados”, “Fornecedores” e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros, como por exemplo, os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores estão registrados à custo amortizado, e, representam uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e títulos e valores mobiliários	6	151.762	121.791
Contas a receber	7	41.064	37.869
Fundos vinculados	10	111.084	87.341
		303.910	247.001
Fornecedores e prov. socioambientais	14 e 18	118.759	88.476
Encargos setoriais		3.031	4.976
Provisões para contingências	19	135	127
Uso do Bem Público	17	37.086	37.019
Empréstimos e financiamentos	15	1.160.042	1.117.858
Debêntures	16	299.180	288.104
		1.618.233	1.536.560

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos, empréstimos e debêntures	15 e 16	1.459.222	1.405.962
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6	<u>(151.762)</u>	<u>(121.791)</u>
Dívida líquida		1.307.460	1.284.171
Patrimônio líquido		<u>1.359.431</u>	<u>1.437.055</u>
Total do capital		<u>2.666.891</u>	<u>2.721.226</u>
Índice de alavancagem financeira		<u>49,0%</u>	<u>47,2%</u>

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil.

A Companhia possui duas carteiras de aplicações:

- (i) as aplicações de renda fixa e baixo risco, no (a) Banco do Brasil, remunerada aproximadamente a 96% do CDI, (b) Banco Itaú, remunerada aproximadamente 105% do CDI e (c) Banco Bradesco, remunerada aproximadamente 101% do CDI. (Nota Explicativa nº 6); e
- (ii) as aplicações em fundos de investimentos no Bradesco, em contas vinculadas permitidas pelo BNDES. (Nota Explicativa nº 10).

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 6).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Nota Explicativa nº 6).

Risco de preço

As receitas da Companhia, são nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 71% (73% em 31 de dezembro de 2021) de seus compromissos contratuais, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas obrigações oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre estão atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.
- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.
- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de degradação do Índice de Disponibilidade e Risco Hidrológico

A Companhia está exposta ao risco de degradação do Índice de Disponibilidade (ID) e consequentemente no Fator de Disponibilidade (FID) relacionado a possíveis pelo motivo de paradas de suas Unidades Geradoras (UG1) e (UG2). Adicionalmente, as variações hidrológicas ocorridas no país, também impactam diretamente o Fator de Ajuste GSFMRE, refletindo na contabilização mensal efetuada pela CCEE.

Ambos os fatores, compõem os cálculos de exposição da Companhia, e em casos de não atendimento dos contratos já formalizados de venda no ACR e ACL, se faz necessária a compra de energia pelo PLD na liquidação financeira calculada pela CCEE ou a compra de energia convencional no mercado.

A área técnica, juntamente com o Comitê de Comercialização, o qual conta com representantes das acionistas está constantemente avaliando e atuando para identificar as melhores oportunidades de operações de compras favoráveis a Companhia.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES e seus debenturistas estão evidenciados nas Notas Explicativas nº 15 e 16, respectivamente.

A Companhia administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Companhia vem honrando todos os seus compromissos assumidos e com expectativa de honrar todos os seus futuros compromissos.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensados.

31/12/2022								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes		121.838	121.837	40.502	17.278	29.702	34.355	-
Empréstimos e financiamentos	15	1.160.042	2.018.154	18.484	18.484	273.267	273.267	1.434.652
Debêntures	16	299.180	549.391	24.644	11.100	91.689	114.624	307.334
		<u>1.581.060</u>	<u>2.689.382</u>	<u>83.630</u>	<u>46.862</u>	<u>394.658</u>	<u>422.246</u>	<u>1.741.986</u>
31/12/2021								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes		95.277	95.277	33.232	9.104	14.810	31.458	6.673
Empréstimos e financiamentos	15	1.117.858	2.033.652	-	19.467	129.947	259.895	1.624.343
Debêntures	16	288.104	545.700	19.135	11.740	36.052	88.515	390.258
		<u>1.501.239</u>	<u>2.674.629</u>	<u>52.367</u>	<u>40.311</u>	<u>180.809</u>	<u>379.868</u>	<u>2.021.274</u>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI, TJLP e IPCA divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foram calculadas as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2023. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Cenário I <i>Provável</i>	Risco na apreciação		Risco na depreciação	
		Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativos					
Fundos de investimentos (i)					
99.703		<i>Carteira de fundos</i>		<i>Carteira de fundos</i>	
	99.703	112.951	115.600	91.754	94.403
Receita financeira projetada	10.598	13.248	15.898	7.949	5.299
Taxa de juros	10,63%	13,29%	15,95%	7,97%	5,32%
Variação - R\$		2.650	5.299	(2.650)	(5.299)
Aplicações CDI (ii)					
141.388		<i>Aumento do CDI</i>		<i>Redução do CDI</i>	
	141.388	160.754	164.627	129.768	133.642
Receita financeira projetada	15.493	19.366	23.239	11.620	7.746
Taxa de juros	10,96%	13,70%	16,44%	8,22%	5,48%
Variação - R\$		3.873	7.746	(3.873)	(7.746)

Passivos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)					
1.177.029		<i>Aumento da TJLP</i>		<i>Redução da TJLP</i>	
	1.177.029	1.269.499	1.287.994	1.121.547	1.140.041
Despesa financeira projetada	73.976	92.470	110.964	55.482	36.988
Taxa de juros	6,29%	7,86%	9,43%	4,71%	3,41%
Variação - R\$		18.494	36.988	(18.494)	(36.988)
Debêntures (b)					
307.489		<i>Aumento do IPCA</i>		<i>Redução do IPCA</i>	
	307.489	324.978	328.475	296.996	300.494
Despesa financeira projetada	13.991	17.488	20.986	10.493	6.995
Taxa de juros	4,55%	5,69%	6,83%	3,41%	2,28%
Variação - R\$		3.498	6.995	(3.498)	(6.995)
(i) Fundos de investimentos					
Aplicação em carteira de fundos				99.703	
Conta centralizadora				11.381	
Total dos fundos vinculados - Nota Explicativa nº 10				111.084	
(ii) Aplicações CDI					
Aplicação em CDI				141.388	
Aplicação automática				27	
Total das aplicações no Banco do Brasil, Bradesco e Itaú - Nota Explicativa nº 6 (i e ii)				141.415	
Composição dos saldos		BNDES (a)	Debêntures (b)		
Nota Explicativa		15	16		
Saldo da dívida		1.160.042	299.180		
Custo da transação		16.987	8.309		
Total da dívida com encargos		1.177.029	307.489		
Premissas (média entre 2022 e 2023)					
Carteira de fundos - Ativos		a.a.	10,63%		
CDI - Ativos		a.a.	10,89%		
TJLP - Passivos		a.a.	6,29%		
IPCA - Passivos		a.a.	4,55%		

29 Cobertura dos seguros e depósitos caucionados

Seguradora	Apólice	Objeto	Vigente até	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Observação
Liberty Seguros	7697000457	Venda de energia elétrica	15/02/2023	872	Contratado pela CHESF
Allianz Seguros S.A.	5177-2021-711800-18283	Seguro empresarial - Sede administrativa	16/03/2023	2.200	-
Allianz Seguros S.A.	5177 2022 5310 0000093	Directors and Officers Liability Insurance (D&O)	01/04/2023	5.023	Contratado pela EDF. SE consta como cossegurada.
Axa Corporate Solutions Seguros S.A.	03.51.1.003881	Responsabilidade civil	30/06/2023	50.907	Contratado pela EDF. SE consta como cossegurada.
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	04669-2020-10010-77500-15761	Seguro garantia para a ação de ISSQN da prefeitura de Cláudia	21/08/2024	50.681	-
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	04669-2020-10010-77500-16055	Seguro garantia para a ação de ISSQN da prefeitura de Itaúba	04/09/2024	15.601	-
XL Seguros Brasil S.A.	01.96.1.001463	Riscos operacionais	31/12/2022	3.105.771	A apólice está em fase de renovação das condições. A

Seguradora	Apólice	Objeto	Vigente até	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Observação
Chubb Seguros Brasil S.A.	17.71.0730463.12	Seguro terrorismo	31/12/2022	957.016	seguradora emitiu um certificado de cobertura garantido a extensão até a finalização do processo. A apólice está em fase de renovação das condições. No entanto recebemos a confirmação do programa internacional da continuidade da cobertura até a resolução em 2023.

Depósito caução					
Banco	Agência / Conta	Objeto	Data da abertura	Valor	Observação
Caixa	2403 / 473-5	Venda de energia elétrica	01/02/2019	776	Garantia efetuada pela Eletronorte

30 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui o montante de R\$ 161.933 (R\$ 248.363 em 31 de dezembro de 2021) de compromissos assumidos.

Compromissos	31/12/2022	31/12/2021
Aquisição de energia elétrica (i)	104.550	160.529
Operação e manutenção da usina	35.239	39.902
Compromissos ambientais (ii)	4.661	31.495
Assessorias, consultorias e auditorias	6.556	4.569
Obras da barragem/reservatório	6.528	6.900
Outros	3.979	4.548
Supressão vegetal	420	420
Total	161.933	248.363
(i)	A Companhia tem compromissos de compras de energia previstos entre janeiro de 2023 até o dezembro de 2025, no montante de 495.888 MWh, pelos motivos de (a) Degradação do Fator de Disponibilidade (FID), devido as paradas de máquinas ocorridas em 2020; e (b) Redução do valor do GSF, devido às variações/restrições hidrológicas do país.	
(ii)	Compromissos ambientais adicionados referentes ao Sistema de Transposição de Peixes, monitoramentos sismológicos, hidrológicos e de climas, resgates de ictiofaunas, controles de resíduos etc.	

31 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	2022	2021
Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12)	34.569	50.154
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa (provisões socioambientais)	(12.914)	(25.984)
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa (fornecedores) (i)	(1.354)	
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa (atualizações capex)	(3.073)	
Reversão (provisão) que não tiveram efeito caixa	(1.162)	-
Aumento de imobilizado com efeito caixa	16.066	24.170
 (i) Efeito não caixa em fornecedores:		
Variação do passivo de fornecedores	1.419	(3.044)
Variação de fornecedores contra imobilizado que não tiveram efeito caixa	(1.354)	(9.176)
(Redução) aumento em fornecedores (DFC)	(65)	(12.220)

32 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes posteriores a 31 de dezembro de 2022.

* * *

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor presidente

Vera Lucia Rett Carreira
Diretora administrativa e financeira e
Diretora de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva
Contador – CRC MT 005078-0/9